

Despacho (extracto) n.º 12 727/2005 (2.ª série):

João Salgado de Herédia — contrato administrativo de provimento de 14 de Dezembro de 2004, nos termos do artigo 15.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, da alínea b) do artigo 8.º, dos artigos 9.º, 12.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio, do Decreto-Lei n.º 459/85, de 4 de Novembro, do Decreto-Lei n.º 234-B/98, de 28 de Julho, e da Portaria n.º 282/97, de 2 de Maio, para exercer o cargo de conselheiro técnico principal na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia — REPER, em Bruxelas, pelo período de três anos, considerando-se tácita e sucessivamente prorrogado por uma única vez e por igual período, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2004. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, conforme o disposto no artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, conjugado com o artigo 71.º da Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro.)

27 de Maio de 2005. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

Rectificação n.º 1003/2005. — Para os devidos efeitos se rectifica o despacho (extracto) n.º 7230/2005, inserido no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 68, de 7 de Abril de 2005, a p. 5514, pelo que onde se lê:

«Por despacho do chefe do Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça do Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China de 18 de Janeiro de 2005:

Maria João Antunes Ramos, técnica superior de 2.ª classe do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal técnico superior, a exercer funções na Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, em regime de licença especial — determinada a cessação da referida licença, com efeitos a partir de 19 de Março de 2005.»

deve ler-se:

«Por despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 3 de Maio de 2005:

Maria João Antunes Ramos, técnica superior de 2.ª classe do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal técnico superior, a exercer funções na Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, em regime de licença especial — determinada a cessação da referida licença, com efeitos a partir de 19 de Março de 2005, devendo apresentar-se no serviço de origem no prazo máximo de 45 dias após a cessação de funções.»

20 de Maio de 2005. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários

Despacho (extracto) n.º 12 728/2005 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Maio de 2005 do director-geral dos Assuntos Comunitários:

Luís Inez Fernandes — renovada a comissão de serviço no cargo de director de serviços dos Assuntos Jurídicos, com efeitos a 22 de Junho de 2005.

Maria Clotilde Viana Paneiro da Câmara Pestana — renovada a comissão de serviço no cargo de chefe de divisão da Direcção de Serviços das Relações Externas Multilaterais, com efeitos a 10 de Julho de 2005.

20 de Maio de 2005. — O Chefe de Repartição, *Carlos Paulo*.

MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DAS FINANÇAS

Despacho conjunto n.º 377/2005. — Considerando que o funcionário Vicente Domingos Pereira Coutinho foi afecto à Direcção-Geral da Administração Pública pelo despacho conjunto n.º 924/99, de 7 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 255, de 2 de Novembro de 1999, ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 493/99, de 18 de Novembro, conjugado com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro;

Considerando que, por despacho desta Direcção-Geral de 30 de Agosto de 2004, foi autorizada a sua requisição pelo prazo de seis meses, nos termos do disposto nos artigos 5.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, que teve início em 20 de Setembro de 2004, com vista à sua integração em lugar do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que se considera automa-

ticamente criado, a extinguir quando vagar, na categoria de técnico de 2.ª classe.

Considerando que, decorrido o aludido prazo de seis meses, o funcionário revelou aptidão para o lugar:

Assim:

1 — É integrado no quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros Vicente Domingos Pereira Coutinho, na carreira técnica, na categoria de técnico de 2.ª classe, escalão 1, índice 295.

2 — A presente integração produz efeitos a 20 de Setembro de 2004.

23 de Maio de 2005. — A Directora-Geral da Administração Pública, *Maria Ermelinda Carrachás*. — O Director-Geral do Departamento Geral de Administração, *Renato Pinho Marques*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar

Despacho n.º 12 729/2005 (2.ª série). — 1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 10 379/2005, de 11 de Abril, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 10 de Maio de 2005, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o sargento-ajudante AN NIM 00523082, João Manuel F. Macedo Pinto, por um período de 365 dias, em substituição do sargento-ajudante AN NIM 13933184, José Carlos Afonso Lopes, para desempenhar funções de assessoria técnica no âmbito do Projecto n.º 7, «Escola Prática de Administração Militar», inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

27 de Maio de 2005. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Manuel Lobo Antunes*.

Direcção-Geral de Infra-Estruturas

Despacho n.º 12 730/2005 (2.ª série). — Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 Janeiro, decorrido o prazo fixado em aviso publicado no jornal *Diário de Notícias* e na bolsa de emprego público, em conformidade com reunião realizada para apreciação de candidaturas, nomeio, em comissão de serviço, para exercer o cargo de chefe de divisão de Inventário, Cadastro e Gestão Patrimonial desta Direcção-Geral, a licenciada Célia Maria Duarte Batalha, dado possuir os requisitos legais exigidos e corresponder ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço.

28 de Abril de 2005. — O Director-Geral, *Bernardo Xavier Alabaça*.

Síntese curricular

Nome — Célia Maria Duarte Batalha.

Formação académica:

2002-2003 — curso de pós-graduação em Ciências Jurídico-Urbanísticas e Ambiente pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

1993-1994 — curso de pós-graduação em Estudos Europeus, Dominante Jurídica, pela Universidade Católica Portuguesa;

1996-1991 — licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Experiência profissional:

Desde Fevereiro de 2002 até esta data — chefe de divisão de Inventário, Cadastro e Gestão Patrimonial da Direcção de Serviços de Gestão Patrimonial da Direcção-Geral de Infra-Estruturas do Ministério da Defesa Nacional (DSGP/DGIE/MDN)

destacando-se: coordenação das aquisições de imóveis e sua regularização jurídico-registral; rentabilização/alienação; manutenção/remodelação/conservação de infra-estruturas não activas; implementação do inventário de imóveis e colaboração na sua informatização; dinamização da salvaguarda/valorização do património cultural ao nível da cooperação externa;

De Setembro de 2001 a Fevereiro de 2002 (em regime de substituição) — chefe de divisão de Servidões e Licenciamentos da DSGP/DGIE/MDN;

Desde Janeiro de 1999 — técnica superior de 1.ª classe (jurista) da DSGP/DGIE/MDN;

1994-1998 — jurista (regime de avença) da Direcção-Geral dos Serviços de Viação de Lisboa e Vale do Tejo, do Ministério da Administração Interna;

1992-1999 apoio jurídico ao director de departamento como técnica superior jurista de 2.ª classe do Departamento de Património Cultural/DMCDT/Câmara Municipal de Lisboa (CML) e colaboração na atribuição de prémios municipais (v. g. Prémio Valmor e Prémio Municipal de Arquitectura); classificação cultural e inventariação dos bens móveis e imóveis da CML;

1993-1999 — exercício da advocacia em escritório de advogados (direito penal, comercial, civil, laboral e administrativo).

Formação complementar:

Participação em diversos seminários e cursos nacionais (v. g., «Feitura de leis», «Contencioso administrativo», «Código do Procedimento Administrativo», «Novo modelo de avaliação do desempenho dos funcionários públicos», «Gestão na Administração Pública», «Direito do urbanismo e do ambiente», «O novo Código das Expropriações» e «Arrendamento urbano») e no estrangeiro [v. g., «NATO Staff Officers Orientation Course», NATO School (Shape)];

Conhecimentos sólidos de Word, Excel, Internet Explorer, PowerPoint, Project e Photoshop;

Bom nível de escrita e conversação de francês e inglês.

Representações:

2000-2001 — grupo de trabalho interministerial para a alteração das «Instruções» de 1956;

2001 — comissão mista de coordenação — plano sectorial/Rede Natura 2000 e comissão mista de coordenação/revisão do PROT Algarve, todas pelo MDN;

1996-1999 — membro do grupo permanente de trabalho DPC/DMCDT/CML.

Seminários/publicação:

Apresentação da comunicação «Placas Toponímicas: Génese e Evolução — Ensaio» nas III Jornadas de Toponímia de Lisboa (1998);

Autora, em colaboração, do trabalho *Toponímia: Notas para o Estudo do Seu Suporte Legal*, apresentado nas II Jornadas sobre a Toponímia de Lisboa (1995), publicado em 1997 pela CML.

ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

Secretaria Central

Despacho (extracto) n.º 12 731/2005 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Maio de 2005 do tenente-general-adjunto do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas para o planeamento:

Maria Arlete Fernandes Alves, nomeada, em comissão de serviço extraordinária, na categoria de assistente administrativo do quadro de pessoal civil do Estado-Maior-General das Forças Armadas desde 13 de Janeiro de 2004 — nomeada definitivamente na mesma categoria, ao abrigo do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Maio de 2005. — O Chefe da Secretaria, *Fernando José do Carmo Damil*, TCOR SGE.

EXÉRCITO

Comando do Pessoal

Direcção de Administração e Mobilização do Pessoal

Repartição de Pessoal Militar não Permanente

Portaria n.º 660/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército promover ao posto de alferes desde 15 de Março de 2005, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, contando a antiguidade e efeitos administrativos desde a mesma data, o aspirante a oficial em seguida mencionado:

ASP I Atirador RC 03322599, Eduardo Miguel dos Santos Rodrigues.

16 de Maio de 2005. — Por subsubdelegação do Major-General DAMP, após subdelegação do Tenente-General AGE, por delegação do General CEME, o Chefe da Repartição, *Rui Garcia Simões*, COR INF.

Portaria n.º 661/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército promover ao posto de tenente desde 16 de Dezembro de 2004, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, contando a antiguidade e os efeitos administrativos desde a mesma data, os alferes em seguida mencionados:

ALF SM Tecn. Man. Arm. e Mun. RC 05613296, Eduardo Jorge Pereira Gomes.

ALF I Atirador RC 05247200, Tiago Manuel Alves Pombo.

16 de Maio de 2005. — Por subsubdelegação do Major-General DAMP, após subdelegação do Tenente-General AGE, por delegação do General CEME, o Chefe da Repartição, *Rui Garcia Simões*, COR INF.

Portaria n.º 662/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército promover ao posto de tenente desde 19 de Março de 2005, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, contando a antiguidade e os efeitos administrativos desde a mesma data, o alferes em seguida mencionado:

ALF I OP ESPECIAIS RC (17845899) Marcos César Monteiro de Sousa.

16 de Maio de 2005. — Por subsubdelegação do Major-General DAMP, após subdelegação do Tenente-General AGE, por delegação do General CEME, o Chefe da Repartição, *Rui Garcia Simões*, COR INF.

Despacho n.º 12 732/2005 (2.ª série). — Por despacho do chefe da RPMNP/DAMP de 18 de Abril de 2005, por subdelegação de poderes do MGEN/DAMP, após subdelegação do TGEN AGE, por delegação recebida do GEN CEME, são promovidos ao posto de primeiro-cabo, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, contando a antiguidade desde a data que a cada um se indica, a partir da qual têm direito às remunerações do novo posto, por satisfazerem as condições previstas no artigo 56.º e a condição referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 60.º do EMFAR, aprovado por aquele diploma, os militares em regime de contrato a seguir identificados:

Segundo-cabo RC 437 — OPER TT NIM 04693098, Filipe José Martins Duarte — antiguidade desde 5 de Janeiro de 2005.

Segundo-cabo RC 421 — OPER TT NIM 11769597, Eduardo do Nascimento Ferreira — antiguidade desde 5 de Janeiro de 2005.

Segundo-cabo RC 651 — SECR NIM 06450600, António Manuel Gomes Pereira Martins — antiguidade desde 5 de Janeiro de 2005.

Segundo-cabo RC 651 — SECR NIM 08946199, Jody Paulo Couceiro Lindo Duarte — antiguidade desde 5 de Janeiro de 2005.

Segundo-cabo RC 501 — SOC NIM 06211096, Domingos Manuel Miranda Lavado — antiguidade desde 5 de Janeiro de 2005.

Segundo-cabo RC 651 — SECR NIM 19690596, António Abraão Martins Carvalho — antiguidade desde 5 de Janeiro de 2005.

Segundo-cabo RC 620 — COZ NIM 03398397, João Carlos Veríssimo Correia — antiguidade desde 5 de Janeiro de 2005.